



DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O ALCANCE DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MOÇAMBIQUE

Lucas Atanásio Catsossa¹

Resumo

O presente texto procura analisar a situação da segurança alimentar e nutricional em Moçambique. Em termos metodológicos, a pesquisa obedece a uma abordagem mista, apresentando dados qualitativos e quantitativos. Além da análise basear-se numa literatura especializada sobre segurança alimentar e nutricional, foram utilizados os dados estatísticos referentes a insegurança alimentar, desnutrição e os problemas de saúde decorrentes em Moçambique que constam de vários documentos setoriais. Constata que a prevalência de níveis altos de insegurança alimentar e desnutrição, é, em grande medida, uma questão política, pois, o seu combate, deixou de ser uma prioridade do Estado. A pobreza é um dos condicionantes da segurança alimentar e nutricional, e a isso, adiciona-se a falta de políticas públicas de combate à insegurança alimentar e a desnutrição.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional; soberania alimentar; agroecologia; pobreza; Moçambique.

CHALLENGES AND PROSPECTS FOR ACHIEVING FOOD AND NUTRITIONAL SECURITY IN MOZAMBIQUE

Abstract

This text seeks to analyze the situation of food and nutritional security in Mozambique. Methodologically, the research follows a mixed approach, presenting both qualitative and quantitative data. In addition to relying on specialized literature on food and nutritional security, statistical data on food insecurity, malnutrition, and related health problems in Mozambique were drawn from various sectoral documents. It finds that the prevalence of high levels of food insecurity and malnutrition is, to a large extent, a political issue, since combating it has ceased to be a priority of the State. Poverty is one of the main determinants of food and nutritional security, compounded by the lack of public policies to fight food insecurity and malnutrition.

Keywords: Food and nutritional security; food sovereignty; agroecology; poverty; Mozambique.

Artigo recebido em: 31/10/2025 Aprovado em: 17/05/2026

DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865v30n1e28027>

¹ Licenciatura em Geografia pela Universidade Eduardo Mondlane (UEM), Mestrado e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD/Brasil). Atualmente é Pós-Doutorando em Geografia pelo Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho IGCE-UNESP/Campus de Rio Claro, São Paulo. É docente e pesquisador afeto a Faculdade de Geociências e Ambiente da Universidade UniPúnguè (FGA/UniPúnguè). E-mail: lucascatsossauem@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A temática da segurança alimentar e nutricional está no centro do debate em Moçambique, o qual tem juntado diversos atores sociais, desde acadêmicos, políticos, governantes, setor privado, sociedade civil, organizações não governamentais, parceiros de cooperação dentre outros interessados. O crescente número de pessoas em situação de insegurança alimentar e desnutrição no país tem motivado esse debate. A cada ano, o número de famintos e desnutridos tende a aumentar de forma exponencial em Moçambique.

No país, a fome transformou-se num dos principais dilemas ou flagelos humanitários do século XXI, e o seu combate está longe de ser efetivo. A desnutrição transformou-se num problema de saúde pública, na medida em que passou a ser hereditária, sendo transmitida de mãe para filho. Durante a gestação, as mulheres não têm conseguido ter acesso à alimentação adequada (saudável e nutritiva) por várias razões, sendo a pobreza, uma delas. A pobreza é um dos fatores limitantes para o acesso à alimentação adequada para muitas famílias moçambicanas, sobretudo, nas zonas rurais.

Ademais, milhares de crianças menores de cinco anos, por falta de acesso à alimentação adequada, chegam a ser portadoras de anemia. Tal fato deve-se à ausência de vitaminas no seu organismo e, dada a gravidade da situação, algumas acabam morrendo nos hospitais. O presente texto parte do pressuposto segundo o qual é dever do Estado garantir o acesso regular a todos os cidadãos aos alimentos de qualidade, e em quantidade suficiente, de modo a garantir a sua alimentação e nutrição.

2 DEBATES À VOLTA DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

O debate sobre a segurança alimentar e nutricional tem sido cada vez mais recorrente no mundo, envolvendo vários segmentos sociais, desde acadêmicos, governos, políticos, instituições multilaterais, Organizações Não Governamentais (ONGs), sociedade civil organizada dentre outros, motivado, sobretudo, pelo crescimento abismal do número de famintos e desnutridos no mundo, cujas ações para a sua erradicação, estão longe de ser efetivas.

Ao que tudo indica, poucos países do mundo conseguirão alcançar a tão almejada “Fome Zero”, que faz parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), cujo prazo vai até 2030. No meio acadêmico, o livro *Geografia da Fome*, do médico e geógrafo brasileiro Josué de Castro, publicado na década de 1940, constitui-se num dos acervos bibliográficos importantes para a compressão crítica desse flagelo social que tem atormentado milhões de pessoas, não apenas no

Brasil onde o autor centrou a sua análise empírica (Castro, 2001), mas também em outros países, na sua maioria pobres, lista que Moçambique integra.

Na esfera política, o debate sobre a segurança alimentar e nutricional não é recente, data desde a década de 1970, quando começou a observar-se a escassez de alimentos. Desde então, a fome tornou-se num problema geopolítico mais debatido, no qual os intervenientes procuravam soluções para a sua erradicação no mundo. Em 1974, a fome foi amplamente debatida na Conferência Mundial da Alimentação e os participantes mostravam-se preocupados com a escassez dos alimentos (Maniglia, 2009).

A partir deste momento, o conceito de segurança alimentar passou a sofrer *metamorfoses*. No início da década de 1970, a segurança alimentar era compreendida como sendo uma política de armazenamento estratégico e de oferta segura e adequada de alimentos, e não necessariamente, como um direito de todo ser humano a ter acesso a uma alimentação saudável. Nessa altura, o enfoque estava no alimento e não necessariamente no ser humano (Maniglia, 2009). Com o passar do tempo a segurança alimentar e nutricional começa a ser vista como um problema da acessibilidade e não somente da disponibilidade dos alimentos.

Essa mudança no conceito de segurança alimentar e nutricional se verifica nos finais da década de 1970, altura que se observou o aumento da produção e produtividade agrícola em resultado da modernização da agricultura no mundo no quadro da *revolução verde*. Maniglia (2009, p. 126) explica que com o aumento da produção e produtividade agrícola que se verificou nos finais da década de 1970, o “mundo despertou para a realidade e passou a encarar a situação da fome e desnutrição como um problema realmente de acesso e não de produção”.

Se antes o crescimento demográfico era visto como um problema sob ponto de vista alimentar segundo as profecias do *malthusianismo*, a partir dos finais da década de 1970, a alimentação não era problema em si, uma vez que já existiam “meios de produzir muito e avanços tecnológicos constantes” (Maniglia, 2009, p. 126). A existência desses meios tecnológicos por meio dos quais, tornava-se possível a massificação da produção de alimentos, levou a Organização da Alimentação e Agricultura das Nações Unidas (FAO) a introduzir em 1983, novos elementos no conceito de segurança alimentar e nutricional.

A partir de 1983, a segurança alimentar e nutricional abarcava três aspectos: (i) oferta adequada de alimentação; (ii) estabilidade da oferta e dos mercados de alimentos e; (iii) segurança no acesso dos alimentos ofertados (Maniglia, 2009). Em 1986, o Banco Mundial elencou o poder aquisitivo dos alimentos por parte da população como fator determinante da segurança alimentar. Para o Banco Mundial, o problema da segurança alimentar não era a autossuficiência na produção de alimentos em si, mas sim, o poder aquisitivo da população.

Na época, o Banco Mundial defendia que a segurança alimentar estava relacionada com o acesso a todos os cidadãos sem limitação, a quantidade suficiente de alimentos de modo a levarem uma vida ativa e saudável (Maniglia, 2009). Vários outros estudos (Andrade *et al.*, 2003; Belik, 2003, Santos, 2009) partilhavam a mesma visão defendida pelo Banco Mundial.

Nesses estudos, a miséria aparece como fator impeditivo para as populações terem acesso à alimentação adequada devido à falta de condições financeiras. De modo geral, esses estudos relacionam a reprodução da fome no mundo com várias outras variáveis socioeconômicas, como, por exemplo, o desemprego, salários baixos e elevados índices de desigualdades sociais. Essa situação reduziria o poder de compra da maioria da população em situação de pobreza. Santos (2009) argumenta que devido a essa situação:

Percebe-se que a persistência desse fenômeno não está ligada a escassez ou dificuldade física de acesso aos alimentos, mas, ao baixo poder aquisitivo de boa parcela da população que, por conta disso, não proporciona renda suficiente para que essas pessoas possam alimentar-se de forma adequada diariamente (Santos, 2009, p. 7).

Na década de 1990, o conceito de segurança alimentar e nutricional viria sofrer novas modificações. As questões ambientais passaram a nortear os debates sobre a segurança alimentar e nutricional. Vários aspectos foram adicionados ao conceito de segurança alimentar e nutricional, a saber: (i) noções de alimento seguro; (ii) qualidade do alimento; (iii) balanceamento da dieta; (iv) informações sobre os alimentos e; (v) opções de hábitos alimentares em modos de vida (Maniglia, 2009).

Na mesma década de 1990 nota-se a reafirmação de que alimentação fazia parte de um direito humano essencial para a materialização do “direito à vida, à dignidade, à autodeterminação e à satisfação de outras necessidades básicas” (Maniglia, 2009, p. 126). O momento marcante da reafirmação da alimentação como um direito humano essencial, ocorre em 1992, quando a FAO e a Organização Mundial da Saúde (OMS) promoveram conjuntamente a Conferência Internacional de Nutrição.

Nessa ocasião, os conferencistas concordaram que a segurança alimentar e nutricional ia além da disponibilidade e do acesso dos alimentos e foram adicionados outros elementos, entre os quais, a assistência ao uso adequado da água; saneamento básico; saúde pública; aleitamento materno e carinho no preparo dos alimentos (Maniglia, 2009). Ainda na década de 1990 foi organizada a Conferência de Roma, e os líderes mundiais discutiram seriamente a segurança alimentar e nutricional.

Nesta conferência, o conceito de segurança alimentar e nutricional ganha novos elementos, sendo um deles, soberania alimentar. Nessa época, discutiu-se sobre a necessidade de se

garantir a autonomia produtiva aos países, no sentido de que cada povo deveria decidir quando produzir, o que produzir, como produzir, para quê produzir etc. Garantir autonomia produtiva aos povos significava também o respeito aos saberes tradicionais (ancestrais), sobretudo, o uso de sementes crioulas/nativas na posse dos camponeses. A sustentabilidade no processo produtivo foi também tema de destaque na conferência de Roma.

No debate sobre a soberania alimentar, foi adicionado a necessidade de preservação ambiental por meio de uso de técnicas ecologicamente sustentáveis (Belik, 2003). A agroecologia passou a ser considerada como sociobiodiversidade, um contraponto ao modelo do agronegócio. Enquanto a agroecologia aparecia como alternativa sustentável em termos ambientais, o agronegócio era questionado por demandar a destruição da biodiversidade no âmbito da sua expansão no campo. Além disso, enquanto a agroecologia aparecia como prática agrícola que disponibilizava alimentos de qualidade e saudáveis, isto é, livres de agrotóxicos para a sociedade, o agronegócio passou a ser visto como uma ameaça ao direito à vida.

Defendia-se que para o alcance do direito à vida, os alimentos deveriam estar livre de agrotóxicos, daí a poção pelos produtos agroecológicos. Nas discussões, os integrantes entendiam que a segurança alimentar e nutricional estava “circunscrita a um conjunto de iniciativas que apontam para uma redução dos efeitos da situação de risco alimentar que envolve os mais pobres” (Júnior, 2015, p. 46). Para tal, era importante a participação do Estado.

Como forma de garantir o direito à alimentação e nutrição à população, o Estado deveria elaborar e implementar políticas públicas (Maniglia, 2009; Júnior, 2015). Para além do Estado, estava aberta a atuação de outros atores sociais na mobilização de esforços para garantir a materialização do direito à alimentação e à nutrição. A segurança alimentar e nutricional era vista como uma questão humanitária, daí que a necessidade de participação de outros atores sociais para que fosse possível a sua materialização enquanto direito humano básico.

Foi daí que se observou a participação das Organizações da Sociedade Civil (OCS), Organizações Não Governamentais (ONGs), Instituições multilaterais. Juntamente com o Estado, esses atores não governamentais passaram a mobilizar esforços com vista “a evitar que os mais pobres sejam expostos aos riscos de um colapso biológico da vida, motivados pela fome e pela desnutrição” (Júnior, 2015, p. 46). Esses atores poderiam participar ativamente nos lugares e nas situações em que o Estado é incapaz de garantir a segurança alimentar e nutricional aos cidadãos (Maniglia, 2009). Porém, mesmo com o envolvimento desses atores, a realidade revela que a luta contra a fome e a desnutrição no mundo, está longe de ser vencida.

O crescimento acelerado da fome e desnutrição no mundo não tem passado despercebido aos olhares de alguns líderes mundiais. O presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva é um dos

militantes ativos no combate à fome no mundo, e nos seus discursos, tanto dentro do Brasil, como na Assembleia Geral da ONU, tem sido muito contundente, exigindo pragmatismo institucional, sobretudo, dos chefes do Estado para a sua erradicação.

Para o presidente brasileiro, a fome é um dos flagelos humanos que pode ser combatido por meio da distribuição equitativa da riqueza. No seu entender, a fome tende a crescer no mundo não por falta de recursos financeiros, mas sim, porque a sociedade dos mais ricos tem optado por naturalizar (e normalizar) esse flagelo social. Durante Assembleia Geral da ONU, ocorrida em setembro de 2023 em Nova Iorque, nos EUA, o presidente Lula fez duras críticas pela falta de união dos líderes globais, sobretudo, dos países mais ricos em investir em ações de combate à fome.

Na ocasião, afirmou que a fome, tema central de sua fala no Parlamento Mundial vinte anos antes, atingia então 735 milhões de pessoas que dormiam sem saber se teriam o que comer no dia seguinte. Segundo ele, o destino de cada criança parecia ser definido ainda no ventre materno, determinando se teria acesso regular às refeições diárias ou se lhe seria negado esse direito básico. Defendeu também que era necessário superar a resignação que levava à aceitação dessa injustiça como algo natural e argumentou que, para combater a desigualdade, faltava vontade política por parte daqueles que governavam o mundo¹.

O discurso do presidente Lula em sede da ONU encontra amparo teórico, uma vez que entre os condicionantes da segurança alimentar e nutricional, estão as desigualdades sociais e a pobreza, resultantes da concentração da renda/riqueza nas mãos de pequeno grupo. Significa que enquanto os níveis das desigualdades sociais e de pobreza tenderem a aumentar, obviamente, a fome e a desnutrição terão a mesma tendência no mundo, o que exigirá dos chefes de Estados a tomada de medidas pragmáticas para a sua erradicação.

3 SITUAÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, está estabelecido no número 1 do artigo 103 da Constituição da República que a *agricultura é a base de desenvolvimento nacional*. Como base do desenvolvimento, significa que cabe a este setor produzir alimentos suficientes para garantir a segurança alimentar e nutricional dos moçambicanos. Ainda no artigo 103, número 2, a Constituição da República estabelece que na República de Moçambique, *o Estado garante e promove o desenvolvimento rural para a satisfação crescente e multiforme das necessidades do povo*². Através deste postulado constitucional, o Estado assume a responsabilidade de tudo fazer para que as necessidades alimentares e nutritivas dos moçambicanos sejam satisfeitas.

Porém, nem sempre o Estado consegue satisfazer as necessidades alimentares e nutritivas da sua população. Em Moçambique, o número de famintos e desnutridos tem crescido a cada ano, conforme mostram os relatórios divulgados pelo Secretariado Técnico de Segurança alimentar (SETSAN, 2023), os Inquéritos sobre Orçamento Familiar (IOF [2022]) e pela Classificação Integrada das Fases da Segurança Alimentar (IPC, 2024), como também alguns estudos científicos (Abbas *et al.*, 2016; Abbas, 2017; 2023a, 2023b; Catsossa, 2023).

Moçambique é um dos países signatários de vários acordos internacionais, nos quais, o Estado reconhece que tem por obrigação, garantir o acesso à alimentação de qualidade e adequada para as suas populações. Paralelamente a isso, em 2015, durante a tomada de posse de Filipe Jacinto Nyusi como quarto presidente da República de Moçambique, deu sinais de que iria erradicar a fome e a desnutrição no país. Na altura dos fatos, afirmou que o seu governo tudo faria para que alimentação adequada não fosse mais um privilégio de apenas um determinado grupo social, como vinha acontecendo durante a governação dos seus antecessores.

Prometeu que aumentaria o investimento nos setores da agricultura e pescas de modo a garantir a disponibilidade dos alimentos nos país. A maior atenção do seu governo seria para o setor agrário familiar, sobretudo, os camponeses, grupo social que mais sofre pelos impactos da fome e desnutrição, teriam todo o apoio do Estado para aumentar os níveis de produção e produtividade, e por esta via, garantirem a satisfação das suas necessidades alimentares sem nenhuma restrição. No seu discurso de tomada de posse³, o qual aparentava ser uma ruptura, o presidente Nyusi declarou:

Promoverei o aumento de investimentos públicos e privados à agricultura, à pecuária e pesca. Uma atenção particular será dada ao setor familiar, que sustenta a maioria da população moçambicana. Prosseguirei políticas de incentivos aos camponeses que permitam elevar a produção e a produtividade agrárias.

E no contexto da segurança alimentar e nutricional, o presidente Nyusi afirmou:

[...] Intensificaremos a produção de alimentos e o seu acesso pelo cidadão de modo a garantir a segurança alimentar e nutricional. A alimentação condigna não deve constituir um privilégio. Ela é um direito humano básico que assiste a todos os moçambicanos.

Embora no seu discurso de tomada de posse, o presidente Nyusi tenha afirmado que o acesso à alimentação adequada à população moçambicana não seria um privilégio para alguns, os níveis de insegurança alimentar e desnutrição cresceram no seu governo. O Gabinete de Ajuda Humanitária das Nações Unidas referiu que o número de pessoas em situação de fome em Moçambique, quadruplicou a partir de 2022. De acordo com esta entidade, em 2022, cerca de 4,9 milhões de pessoas eram atormentadas pela fome em Moçambique⁴. Paradoxalmente, em março de 2023, o governo Nyusi tentou ocultar o dilema da fome, quando o ministro da Agricultura e

Desenvolvimento Rural, Celso Correia, afirmou na sede da FAO em Roma, que em Moçambique, apenas *10% da população é que passava fome*.

Na verdade, Celso Correia estava dizendo que cerca de *90% da população moçambicana tinha acesso a três refeições diárias* (Mader, 2023). As declarações de Celso Correia geraram indignação e críticas, onde alguns setores da sociedade moçambicana acusavam o ministro de falsear a realidade do país. As declarações do ministro Celso Correia ocorrem numa altura em que os parceiros de cooperação apontavam também para o aumento dos índices de insegurança alimentar e desnutrição no país.

Algumas organizações da sociedade civil, como, por exemplo, a Fundação para o Desenvolvimento Comunitário (FDC) emitiu um comunicado de imprensa, na qual tecia críticas contundentes ao ministro Celso Correia, exigindo explicações públicas. No parlamento, o partido RENAMO (Resistência Nacional Moçambicana), convocou o ministro Celso Correia para se explicar à “nação”. Logo após regressar de Roma, o ministro Celso Correia organizou um encontro público, no qual foi apresentado um relatório que sobre a segurança alimentar pós-colheita em Moçambique.

Na época, o ministro Celso Correia afirmou que as suas declarações tiveram como base esse relatório. Porém, o tal relatório estava cheio de incongruências, fato que não conseguia responder os questionamentos das organizações da sociedade civil e dos partidos da oposição. Com um relatório incongruente, seguiu-se o insólito na sala, o ministro Celso Correia se insurgiu contra o FDC que havia criticado publicamente as suas alegações em Roma.

Numa sala cheia de pessoas de vários setores da sociedade moçambicana, inclusive com a presença da imprensa que aguardava pela explicação do ministro, dirigindo-se ao FDC que na época era presidido pela política e ativista social Graça Machel, Celso Correia afirmou “não contem comigo para perpetuar a indústria da fome e da pobreza”. A sala “gelou” e, mais tarde, o FDC pediu desculpas ao ministro. No entanto, não se percebe por que razão o FDC pediu desculpas ao ministro Celso Correia, pois, não fez nada de mal, apenas repudiou uma tentativa deliberada do governo em maquiagem um flagelo social, cujo combate estava longe de ser efetivo em Moçambique.

Mais tarde, surgiram alguns estudos (Abbas, 2023a, 2023b) criticando e desconstruindo as alegações do ministro Celso Correia de que a maioria da população moçambicana tinha três refeições diárias. Num desses estudos, Abbas (2023a, p. 1) questiona “*o que constitui refeição, senhor Ministro?*”, mostrando sua indignação com o fato de o ministro Celso Correia escamotear a verdade. Noutro estudo, Abbas (2023b) rebate a ideia segundo a qual, 90% da população moçambicana tinha dieta aceitável, sobretudo, no período pós-colheita.

O estudo de Catsossa (2023) mostra que a partir de 2015, a situação da insegurança alimentar e desnutrição mantiveram altas taxas de prevalência no país. Dados divulgados pela FAO em

2023 apontavam que aproximadamente 45% da população moçambicana vivia em situação de insegurança alimentar⁵. Em 2024, o Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) mostrou-se preocupante com os altas taxas de insegurança alimentar e desnutrição no país. O SETSAN conduziu um estudo através do qual pretendia avaliar a situação da segurança alimentar e nutricional em 63 distritos do país.

O estudo foi realizado entre os meses de abril e setembro de 2024. Através deste estudo, o SETSAN constatou que 28% da população analisada, o correspondente a 2,79 milhões de pessoas, enfrentavam elevados índices de insegurança alimentar aguda. O mesmo estudo revelou que cerca de 144.270 mil crianças menores de 5 anos, viviam em situação de desnutrição, as quais necessitavam de tratamento hospitalar. Deste número, cerca de 29.420 crianças, sofriam de desnutrição aguda, e cerca de 114.850, era o número de crianças que sofria de desnutrição moderada.

Em relação às mulheres gestantes e/ou lactantes, este estudo apontou que havia 23.158 em situação de desnutrição aguda, as quais necessitavam de tratamento hospitalar com alguma urgência (Mader, 2024). Na época, o SETSAN declarou que a insegurança alimentar tendia a deteriorar-se no país, de tal maneira que antevia o pior cenário para 2025. Esse mesmo quantitativo manteve-se durante o ano 2024 e princípios de 2025 (O País, 2025). Em 2024, o relatório da ONU, apontou Moçambique como sendo um dos 22 focos de fome no mundo⁶.

Dados que constam da Classificação Integrada das Fases da Segurança Alimentar (IPC, sigla inglesa), divulgados em 2024, resultantes de um estudo conduzido nos meses de abril e setembro, o qual abrangeu 63 distritos, apontavam para a prevalência da insegurança alimentar no país. Nesse estudo, o IPC diagnosticou que a maior parte dos distritos analisados apresentavam níveis altos de insegurança alimentar aguda, estando em situação de crise, sendo poucos, em situação de estresse.

Um dado importante é que no segundo estudo, o IPC concentrou as suas atenções na região norte e centro do país, onde as taxas de insegurança alimentar e desnutrição são elevadas. Porém, não foi apenas o IPC que diagnosticou o pior cenário da insegurança alimentar em Moçambique. Essa constatação foi feita também pela *Global Food and Nutrition Security Dashboard* (Painel de Segurança Alimentar e Nutricional, em português), cujo diagnóstico aponta para a prevalência da insegurança alimentar em Moçambique.

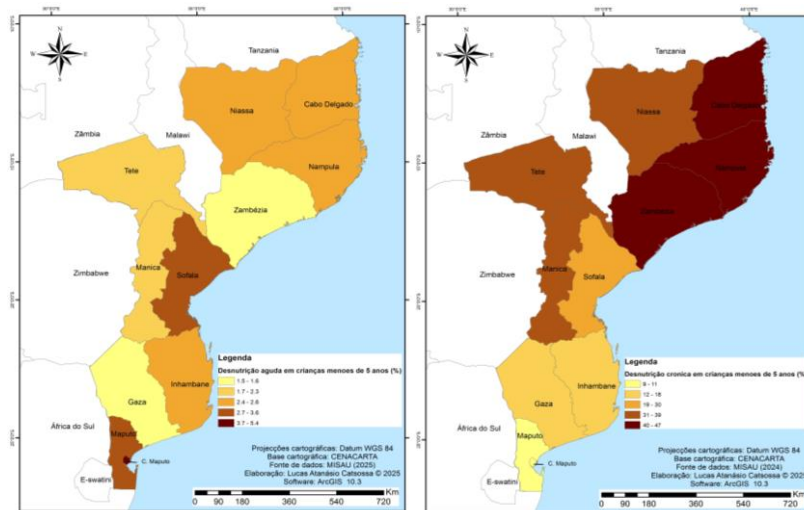
De acordo com esta entidade, até setembro de 2025, cerca de 2,09 milhões de pessoas enfrentavam a fase de crise de insegurança alimentar, o equivalente a 18% do total da população moçambicana. No entanto, a estimativa é que a insegurança alimentar aguda alcance cerca de 2,67 milhões de pessoas até março de 2026, o equivalente a 23% de toda a população moçambicana⁷. No Índice Global de Fome (IGF) de 2025, Moçambique não estava bem avaliado, pois, ocupava 103^a

posição entre os 123 países avaliados, com uma pontuação de 25,9%, um nível de fome considerado como sendo grave.

Em 2025, 21,9% da população de Moçambique era subnutrida. Por sua vez, 37% das crianças menores de cinco anos sofriam de nanismo (desnutrição cônica)⁸. Dados divulgados pelo SETSAN em junho de 2025 referentes a situação geral da desnutrição no país, embora mostrassem uma ligeira redução, a realidade no terreno era ainda mais complexa. Estes dados apontavam que a desnutrição crônica em crianças tinha reduzido de 43% para 37% (O País, 2025). Dados de 2024, que constam do Inquérito Demográfico de Saúde e do Anuário Estatístico de Saúde, são demonstrativos que os níveis de desnutrição eram altos em determinados contextos do país.

Em relação à desnutrição aguda (baixo peso para altura), dados do Anuário Estatístico de Saúde de 2024 apontam que todas as províncias registaram satisfatoriamente taxas de baixo peso ao nascer abaixo do limite aceitável (4,3%), com exceção de Maputo Cidade (5,4%). Já em relação à desnutrição crônica (baixa altura para a idade), os dados do Inquérito Demográfico de Saúde apontam que as províncias de Nampula, Cabo Delgado e Zambézia são as que apresentavam altas taxas de prevalência, as quais situavam-se entre 40% e 47%, sendo a cidade e província de Maputo, tinham baixas taxas de prevalência, situadas entre 9% e 11%.

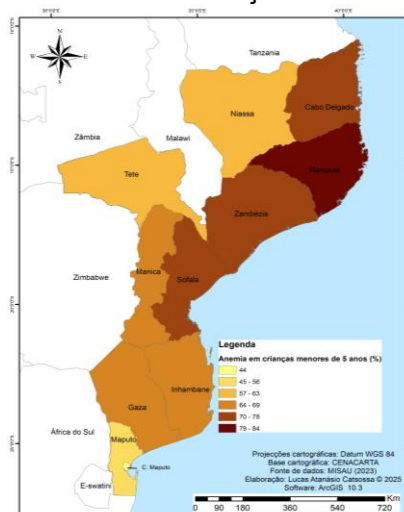
Figura 1 - Taxa de desnutrição aguda [à esquerda] e desnutrição cônica [à direita] por província em Moçambique



Fonte: Elaboração própria (2025)

Em Moçambique, a má nutrição (deficiência de ferro) em crianças menores de 5 anos, está na origem de um outro problema de saúde pública: a *anemia*. Entre 2022 e 2023, em quase todas as províncias do país, as taxas de prevalência de anemia estavam acima de 50%, exceto a cidade de Maputo. A província de Nampula era líder com cerca de 84% de crianças anêmicas, seguida das províncias de Cabo Delgado e Sofala, com 78%, 78% e 75%, respetivamente. A cidade de Maputo é que apresenta a menor taxa de prevalência de anemia em crianças menores de cinco anos, com 44%.

Figura 2 - Prevalência de anemia em crianças menores de 5 anos por província



Fonte: Elaboração própria (2025)

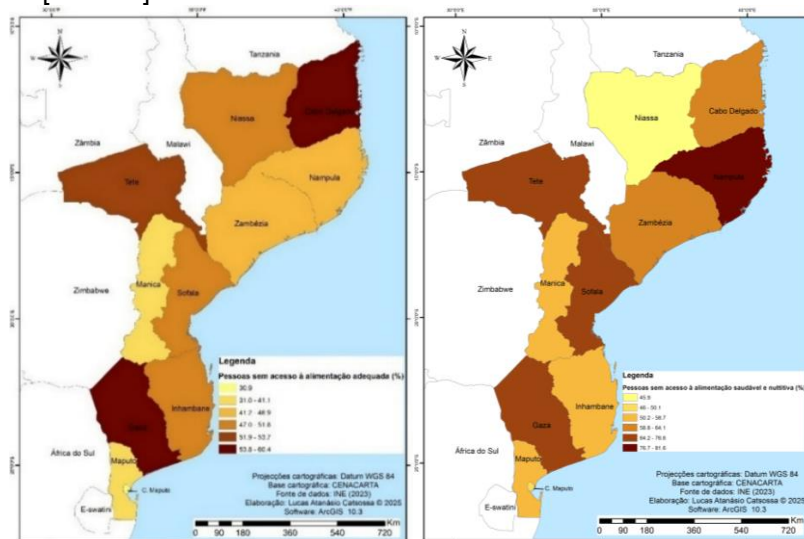
Dados do Inquérito sobre o *Orçamento Familiar – IOF* publicado em 2023 pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) referente a situação da segurança alimentar e nutricional de 2022 apontavam para o aprofundamento da insegurança alimentar e desnutrição no país. Embora Moçambique não seja autossuficiente sob o ponto de vista da produção alimentar (Abbas, 2017), através dos dados do IOF 2022 é possível verificar que o aprofundamento da insegurança alimentar e desnutrição no país está relacionado com a acessibilidade dos produtos, e não com a sua indisponibilidade em si.

Os dados do IOF-2022 permitem afirmar que o aprofundamento da insegurança alimentar e desnutrição é também determinada pela capacidade de compra dos produtos alimentares adequados por parte significativa da população moçambicana. Por causa da pobreza, há famílias que têm optado por não comprar determinados tipos de alimentos por estarem mais caros (na sua maioria, esses alimentos são ricos em proteínas).

Os dados do IOF-2022 mostram que a parte significativa da população que não consumia alimentação adequada estava concentrada nas províncias de Gaza e Cabo Delgado, com 60,4% e 58,7%, respetivamente. Ademais, as províncias de Manica, Zambézia e Niassa seguiam também com altas taxas de pessoas que não tinham acesso à alimentação adequada no país, com 56,9%, 52,6% e 30,2%, respetivamente.

Outro aspecto tinha a ver com o acesso à alimentação saudável e nutritiva por parte das famílias moçambicanas. Os dados do IOF-2022 mostram que havia muitas famílias sem acesso à alimentação saudável e nutritiva no país. A população que não tinha acesso (estava acima dos 50% em quase todo o país, com a exceção da província de Niassa. A província nortenha de Nampula é que concentrava a maior parte das famílias que não tinha acesso à alimentação adequada no país com 81,6%, seguida das províncias de Gaza, Tete e Sofala, com 76,6%, 76,6% e 75,1%, respetivamente

Figura 3 - População sem acesso à alimentação adequada [à esquerda] e sem acesso à alimentação saudável e nutritiva [à direita]

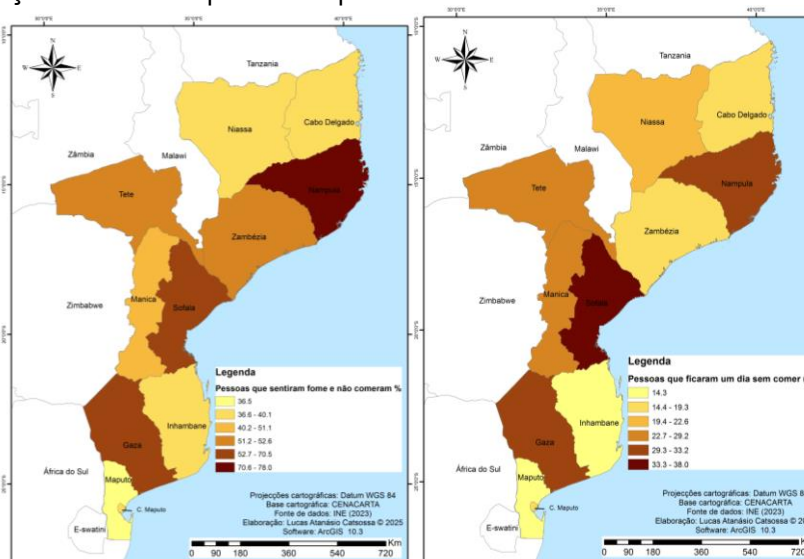


Fonte: Elaboração própria (2025)

Devido às dificuldades financeiras, há famílias que passaram a comer menos do que deviam. Existiam casos em que, mesmo sentindo fome, não tinham nada para comer em sua casa por falta de condições financeiras que lhes permitissem comprar alimentos para o consumo. Os dados do IOF-2022 apontam que a maior parte das pessoas que sentia fome, e que ao mesmo tempo não comia, estava concentrada na província nortenha de Nampula, com 78%, seguida das províncias de Sofala e Gaza, com 70,5% e 70%, respectivamente.

Ademais, esses dados mostram ainda que havia pessoas que passavam todo o dia sem comer praticamente nada. A maior parte dessas pessoas estava concentrada na província de Sofala com 38%, seguida das províncias de Gaza e Nampula, com 33,2% e 32,7% respectivamente.

Figura 4 - Pessoas que sentiam fome e não comiam [à esquerda] e que ficavam sem comer [à direita] por falta de condições financeiras para a compra de alimentos



Fonte: Elaboração própria (2025)

No entanto, por causa da pobreza, muitas famílias moçambicanas, sobretudo, as que residem no meio rural, e por sinal, as que se dedicam à atividade agrícola, vendem uma parte significativa da sua produção, o que lhes coloca ainda mais em situação de vulnerabilidade a insegurança alimentar e a desnutrição. Os dados do Inquérito Agrário Integrado (IAI) publicado pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) de Moçambique, revelam a comercialização da maior parte da produção agrícola por parte dos agricultores na tentativa de obterem dinheiro para suprir outras necessidades.

O milho, que é a base da dieta alimentar de muitas famílias rurais, é dos cereais mais comercializados pelos agricultores. O arroz e o mapira são outros cereais mais vendidos pelas famílias rurais. Ademais, as perdas pós-colheitas dos principais cereais que fazem parte da dieta alimentar das famílias moçambicanas, com destaque para milho, meixoera e mapira, como também de feijões (feijão manteiga, nhemba e jugo), têm tido um peso maior nas altas taxas de insegurança alimentar e desnutrição no país (Mader, 2020).

Tanto a comercialização desses cereais por parte dos agricultores, quanto as perdas pós-colheitas, fazem com que o seu agregado familiar não tivesse estoque suficiente para garantir a segurança alimentar e nutricional. O relatório de insegurança alimentar pós-colheita de 2022, publicado, realizado em 151 distritos, constatou que a maior parte da população tinha reservas alimentares inferiores a 50%, situação que lhe colocava em situação de vulnerabilidade a insegurança alimentar (Mader, 2023). Para além desses aspectos, as mudanças climáticas têm tido efeitos nefastos sobre a segurança alimentar e nutricional no país.

Moçambique tem sido frequentemente afetado pelos ciclones e tempestades tropicais, os quais têm impactado negativamente na produção agrícola. Por sua vez, algumas províncias do país têm sido frequentemente afetadas pelo fenômeno *El Niño*, caracterizado pela seca severa. As regiões centro e sul do país, são as que mais se destacam na ocorrência deste fenômeno que tem contribuído na destruição de áreas de produção agrícola.

4 DESAFIOS NO COMBATE À INSEGURANÇA ALIMENTAR E DESNUTRIÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, o combate à insegurança alimentar e à desnutrição no país, embora seja um desafio, é ao mesmo tempo, necessário para reduzir o sofrimento de milhares famílias moçambicanas. Durante a vigência dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), Moçambique estava desafiado a reduzir os níveis de fome, mas chegaram ao fim sem alcançar esse objetivo.

Todavia, os ODM terminaram num momento em que os índices de fome e desnutrição se mostravam cada vez mais crescentes no país.

Em 2015, quando surgiram os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), Moçambique foi, mais uma vez, incorporado e desafiado a erradicar a fome. Um dos ODS faz referência sobre a necessidade de se erradicar a fome no sentido de alcançar-se a “fome zero” até 2030 no mundo. Porém, há sinais claros de que muitos países não irão cumprir esse objetivo por várias razões, das quais, conflitos armados (guerras e terrorismo), mudanças climáticas, desigualdades sociais e pobreza etc.

Moçambique é um dos países que tem a ambição de alcançar a “fome zero” até 2030, mas é bem provável que não seja capaz de atingir essa meta pelas razões mencionadas anteriormente. Entretanto, num contexto em que a tendência dos níveis de insegurança alimentar e desnutrição são crescentes, os desafios para o seu combate são enormes. Significa que o governo precisa adotar medidas pragmáticas no sentido de frear esse crescimento. Na tentativa de erradicar a insegurança alimentar e desnutrição, o governo moçambicano tem firmado parcerias de cooperação com outros países do mundo, como, por exemplo, com o Brasil que vem investindo milhões de dólares em Moçambique (Schmeling, 2025).

Por sua vez, o governo vem aprimorando instrumentos legais e desenhando algumas políticas públicas. Em 2016, o governo do presidente Filipe Nyusi lançou a *Estratégia Nacional de Fortificação de Alimentos (2016-2021)* sob o slogan *Mais nutrientes, mais saúde*, através da que pretendia erradicar esse flagelo social. As vitaminas e minerais considerados para fortificação incluíam a Vitamina A para o açúcar, Vitaminas A e D para o óleo vegetal, Iodo no sal, Ferro, Ácido Fólico, Zinco e Vitamina B12 para as farinhas de milho e de trigo (MIC, 2016).

Ao avançar com essa iniciativa, o governo entende que o problema da segurança alimentar e desnutrição seria resolvida com a fortificação dos alimentos, sobretudo, aqueles mais consumidos nas zonas rurais e urbanas. Em suma, a fortificação dos produtos alimentares visava garantir que os alimentos consumidos no país sejam saudáveis e nutritivos (Gabinho, 2025). Paradoxalmente, a *Estratégia Nacional de Fortificação de Alimentos* terminou em 2021 sem cumprir a sua missão, pois, as taxas de insegurança alimentar e desnutrição continuaram crescentes, conforme foi demonstrado anteriormente.

Uma das razões do fracasso da *Estratégia Nacional de Fortificação de Alimentos* reside no fato e que os produtos fortificados eram comercializados a preços elevados nos mercados e supermercados. No entanto, tendo em consideração que a maior parte das famílias moçambicanas são pobres (Mosca; Selemane, 2025), a condição de pobreza a que se encontravam as inibia de ter acesso

aos alimentos fortificados, deixando-os para aqueles que tinham maior poder de compra, sobretudo, a classe média e alta.

Em 2024, Leonor Neves, Secretária Executiva do Secretariado Técnico de Segurança Alimentar e Nutricional (SETSAN) voltou a defender a fortificação dos produtos alimentares no país, tendo afirmado que é preciso tomar esta oportunidade para acelerar a melhoria do bem-estar da população através do acesso físico e econômico, consumo e utilização dos alimentos básicos, fortificados e massivamente consumidos pelo povo (Mader, 2024).

Em outubro de 2025, o governo do presidente Daniel Chapo, aprovou o Regulamento de Fortificação de Alimentos, através do qual pretende assegurar que todos os alimentos fortificados e comercializados no território nacional cumpram com os padrões estabelecidos (AIM, 2025). Foi noticiado que até outubro de 2025, cerca de 70% dos produtos alimentares de consumo diário em Moçambique, como farinha de trigo e milho, óleo, sal e açúcar, respeitam os critérios exigidos de fortificação de nutrientes (Gabinfo, 2025).

A fortificação dos produtos alimentares em curso no país não está a observar o poder de compra da maioria das famílias moçambicanas, sobretudo, nas zonas rurais onde os níveis de pobreza são maiores. No entanto, o risco de não alcançar os resultados que se pretende, é maior, pois, a população em situação de insegurança e desnutrição, é que a mesma que vive na penúria no país, o que significa que continuará não tendo acesso à alimentação de qualidade e adequada. O combate à insegurança alimentar e desnutrição passa, igualmente, pela educação alimentar, algo que não se verifica em Moçambique.

Epistemologicamente, a educação alimentar tem por objetivo dar às populações o conhecimento de como, localmente, podem desenvolver autonomia e promover hábitos saudáveis, sendo que para a sua materialização, as políticas públicas são indispensáveis (França & Carvalho, 2017). No caso moçambicano, a educação alimentar permitiria que as populações, sobretudo, rurais, ao nível local, preparassem a sua alimentação fazendo uso do conhecimento adquirido em matérias de nutrição. Neste sentido, seria importante que o governo implementasse políticas públicas que comesçassem nas comunidades até nas escolas.

Outro problema, e mais grave, sob ponto de vista da segurança alimentar e nutricional, está relacionado com a falta de políticas agrárias direcionadas para a produção de alimentos no país. Em Moçambique verifica-se a marginalização e secundarização da agricultura nos processos de governação. Neste processo, o setor familiar agrícola, sobretudo, a agricultura camponesa, tem sido ciclicamente marginalizada nas políticas agrárias que vêm sendo implementadas pelo governo (Mosca, 2011). As políticas agrárias implementadas pelo governo nas últimas décadas mostram uma preferência pelo agronegócio.

Na promoção do agronegócio, o governo tem destacado a importância econômica do agronegócio para o *superávit* da balança comercial, como se as pessoas comessem PIB (Produto Interno Bruto). Numa das suas célebres frases, a economista brasileira Maria da Conceição Tavares afirmou que “ninguém come PIB, come alimentos”, uma declaração que vislumbra uma crítica à visão economicista que tem dominado o mundo contemporâneo, em que tudo gira em torno do aumento do *superávit* (da balança) comercial, e não no bem-estar da população. No entanto, é com os alimentos que chegam à mesa das pessoas que o governo deveria se preocupar, e não necessariamente, o crescimento do PIB, embora seja importante para o desenvolvimento do país. Os moçambicanos não comem o PIB, mas sim, os alimentos.

No entanto, o governo tem realizado várias concessões de terras, as quais, são entregues às empresas agrícolas que se dedicam à produção de *commodities* destinadas à exportação. Na maioria das vezes, essas terras são concessionadas e entregues às empresas agrícolas, sem nenhuma consulta comunitária, pois, nem sempre estão livres e/ou são subutilizadas. Essa situação acaba gerando fortes e violentos conflitos sociais e disputas pelo uso dos territórios: de um lado, os camponeses nativos exigindo as suas terras, e do outro, as empresas agrícolas querendo transformá-las em campos de produção de *commodities* destinadas à exportação (Catsossa, 2020, 2025).

Mesmo beneficiando-se de extensas áreas de terras e isenções fiscais, o agronegócio já revelou a sua farsa e ineficiência no combate à fome e à desnutrição em Moçambique, uma vez que produz aquilo que não vai diretamente à mesa da população. Mesmo aqueles produtos agrícolas que chegam nos mercados e supermercados que são produzidos pelas empresas do agronegócio, não são acessíveis para a maioria da população moçambicana devido aos altos preços pelos quais são comercializados.

Por sua vez, o agronegócio tem produzido aquilo que não se come, com destaque para eucaliptos, pinheiros, capim-elefante (usado para alimentar gado) etc. Como se referiu Catsossa (2025), ninguém come eucaliptos, pinheiros e capim, mas paradoxalmente, o governo tem apostado na sua expansão em muitos lugares do país, onde extensas áreas de terras são concessionadas e entregues à gestão das corporações agrícolas estrangeiras. Desde 2017, o governo vinha implementado o programa Sustenta, que era financiado pelo Banco Mundial.

Ao surgir, o programa Sustenta foi apresentado publicamente, como a solução do problema da fome no país. Aliás, o alcance à “fome zero” em Moçambique chegou a ser associado ao programa Sustenta. Paradoxalmente, o programa Sustenta fracassou de forma retumbante no combate à fome. O programa Sustenta terminou oficialmente em 2025, no meio à polêmica, sem, no entanto, “acabar” com a fome no país, a qual atormenta milhares de famílias moçambicanas.

Tal programa transformou os camponeses em meros produtores de mercadorias destinadas à comercialização, sem, no entanto, garantir-lhes uma estrutura através da qual fosse possível o escoamento dos produtos aos mercados. Como consequência disso, muitos agricultores integrados pelo Sustenta não conseguiam comercializar a sua produção, e alguns deles, chegaram a acumular enormes prejuízos.

Tantos os Pequenos Agricultores (PA) como os Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes (PACE) ficaram endividados. Na verdade, o programa Sustenta estava condenado ao fracasso tendo em vista o modelo agrário no qual se ancorava, neste caso, o agronegócio de pequena e média escala. A racionalidade do agronegócio, seja pequeno, médio ou grande que tem vindo a ser incentivado pelo governo nas últimas décadas, é o lucro, e não a produção de alimentos.

No caso do Sustenta, publicitado como o programa que iria transformar o setor da agricultura no combate às desigualdades sociais, pobreza e fome, revelou-se insustentável na promoção do bem-estar social nas zonas rurais (Mosca, Capaina & Nova, 2023). Para além de não ter cumprido com a missão de acabar com a fome e a miséria nas zonas rurais, o Sustenta transformou-se num vetor da corrupção, com a possibilidade de ter deixado uma estrondosa dívida ao Estado junto do financiador, o Banco Mundial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O setor da agricultura que desde a independência do país em 1975, embora considerado a base de desenvolvimento nacional, está longe de atingir esse objetivo. Mais de 50 anos depois da Independência, Moçambique ainda não é autossuficiente em termos alimentares, na medida em que uma parte considerável dos produtos alimentares são importados. Além da alimentação adequada ser um privilégio, em Moçambique o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é ainda um sonho para a maioria das famílias, sobretudo, nas zonas rurais.

O alcance da segurança alimentar e nutricional em Moçambique é ainda um desafio. O aumento do número de pessoas em situação de insegurança alimentar e desnutrição é prova de que Moçambique está longe de ser um país autossuficiente em termos alimentares. Esse fato coloca Moçambique cada vez mais longe de alcançar a “Fome Zero” até 2030. O combate à insegurança alimentar e desnutrição precisa ser acompanhado por ações concretas, as quais devem ser realizadas de forma articulada e coordenadas, envolvendo vários setores do Estado e da sociedade, o que não se verifica em Moçambique.

A política de fortificação dos produtos alimentares, em si, não resolve o problema da desnutrição no país, uma vez que os produtos são comercializados a preços elevados nos mercados.

Por causa da sua condição de pobreza, a maioria da população moçambicana não consegue ter acesso a esses produtos alimentares. Seria importante que o governo avançasse com ações paralelas no combate à insegurança alimentar e desnutrição, como, por exemplo, a educação alimentar, que permitiria que a população tivesse conhecimento sobre os alimentos mais nutritivos e o modo correto de cozinhá-los. Ademais, o governo precisa mobilizar investimento para fomentar a produção de comida, e isso, passa necessariamente por financiar o setor agrário familiar, que abarca a maior parte da população moçambicana.

REFERÊNCIAS

ABBAS, M. (In)segurança alimentar e território em Moçambique: discursos políticos e práticas. **Revista Nera**, Ano 20, n. 38, Dossiê, p. 106-131, 2017.

ABBAS, M. Segurança alimentar em Moçambique: o que constitui uma refeição, senhor Ministro? *In: Destaque Rural*, OMR, Maputo, 2023a.

ABBAS, M. Segurança alimentar pós-colheita 2022: 50% da população em situação de insegurança alimentar aguda? *In: Destaque Rural*, OMR, Maputo, 2023b.

AIM. **Aprovado regulamento de Fortificação de Alimentos**. 2025. Disponível em: <https://aimnews.org/2025/10/14/aprovado-regulamento-de-fortificacao-de-alimentos/>. Acesso: 30/10/2025.

ANDRADE, M. C. *et al.* **Josué de Castro e o Brasil**. Editora Fundação Perseu Abram (Coleção Pensamento Radical), São Paulo, 2003.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade** v.12, n.1, p.12-20, 2003.

CATSOSSA, L. A. O campo moçambicano no século XXI: dilemas e desafios do campesinato frente às grandes corporações do agronegócio. **Revista Nera**, p. 151-178, Presidente Prudente, 2017b.

CATSOSSA, L. A. **Disputas territoriais entre o campesinato e o agronegócio no Corredor de Nacala**. Tese (Doutorado em Geografia), UFGD, Dourados, 2020a.

CATSOSSA, L. A. Questão agrária, estrangeirização de terras e fome na África: desafios para Moçambique no alcance à “fome zero” na era de globalização neoliberal. *In: CATSOSSA, L. A; MORETTI, E. C. (orgs.). Processos e dinâmicas geográficas no Moçambique contemporâneo*. Editora: TotalBooks, p. 14-61, Porto Alegre, 2023.

CATSOSSA, L. A. Questão agrária e ambivalências no processo de expansão do capitalismo monopolista mundializado no campo moçambicano. *In: TERRA, Ademir; FOLMER, Ivania (orgs.).*

Geografia rural e agrária, educação do campo e agroecologia: reflexões e práticas. Editora, p. 180-192, Porto Alegre, 2025.

CASTRO, J. **Geografia da fome.** Editora: Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2001.

FRANÇA, C. J.; CARVALHO, V.C.H.S. Estratégias de educação alimentar e nutricional na Atenção Primária à Saúde: uma revisão de literatura. **Revista Saúde Debate**, v. 41, n. 114, p. 932-948, RJ, 2017.

GABINFO. **Cerca de 70 por cento dos alimentos de consumo diário cumprem com valor nutricional no país.** 2025. Disponível em: <https://www.gabinfo.gov.mz/?p=867>. Acesso: 29 out. 2025.

INE. **Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2022.** Maputo, 2023.

IPC. **Moçambique: 510,000 pessoas estão a enfrentar emergência durante a época de colheita (abril – setembro de 2024) nos 63 distritos avaliados no período pós-choques.** 2024b. Disponível em: <https://www.agricultura.gov.mz/wp-content/uploads/2025/07/Analise-IPC-da-Inseguranca-Alimentar-Aguda-e-Desnutricao-Aguda-Abril-2024-a-Marco-de-2025.pdf>. Acesso: 28 out. 2025.

JÚNIOR, N.N.G. **Segurança alimentar e nutricional e necessidades humanas.** Editora: Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2015.

MADER. **Inquérito Agrário Integrado (IAI).** Maputo, 2020.

MADER. **Relatório de segurança alimentar pós-colheita de 2022.** Maputo, 2023.

MADER. **Fortificação constitui a solução técnica para a prevenção e mitigação da desnutrição.** 2024. Disponível em: <https://www.agricultura.gov.mz/a-fortificacao-constitui-a-solucao-tecnica-para-prevencao-e-mitigacao-da-desnutricao/>. Acesso: 29 out. 2025.

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar.** Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, São Paulo, 2009.

MARQUES, L. **Ecocídio: por uma (agri)cultura da vida.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2025.

MIC. **Estratégia Nacional de Formação de Alimentos (2016-2021).** Maputo, 2016.

MISAU. **Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde 2022–23.** Maputo, 2024.

MISAU. **Anuário Estatístico de Saúde 2024.** Maputo, 2025.

MOSCA, J. **Políticas agrárias de (em) Moçambique.** Escolar Editora, Maputo, 2011.

MOSCA, J; CAPAINA, N.; NOVA, Y. **Sustenta: (in)sustentável.** Escolar Edi., Maputo, 2022.

MOSCA, J.; SELEMANE, T. **Do País sonhado ao país vivido: Moçambique 1975-2025**. OMR, Maputo, 2025.

O PAÍS. **Desnutrição crónica baixou de 43% para 37%**. 2025. Disponível em: <https://opais.co.mz/desnutricao-cronica-baixou-de-43-para-37/>. Acesso: 23/10/2025.

SCHMELIN, G. S. **Cooperação internacional para o combate à fome: desafios entre Brasil, Angola e Moçambique**. IA., v. 16, n. 3, e91208, p. 1 -29, Santa Maria, 2025.

SANTOS, L. C. **Da geografia da fome ao fome zero: contribuição ao estudo da fome no Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP, Presidente Prudente, 2009.

Notas

¹Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2023/discurso-do-presidente-luiz-inacio-lula-da-silva-na-abertura-da-78a-assembleia-da-onu>. Acesso: 28/05/2026.

² Disponível em: https://www.masa.gov.mz/wp-content/uploads/2018/01/Constituicao_republica_mocambique.pdf. Acesso: 28/05/2026.

³ Discurso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PdtW-4XtE5w>. Acesso: 28/05/2026.

⁴ Para mais detalhes, consulte em: <https://revistaterraonline.com/revista-digital/>. Acesso: 31/10/2025.

⁵ Para mais detalhes, consulte em: <https://www.bam.org.mz/2024/09/02/seguranca-alimentar-e-nutricional-um-desafio-e-uma-necessidade-em-mocambique/>. Acesso: 23/10/2025.

⁶ Para mais detalhes, consulte: <https://news.un.org/pt/story/2024/10/1840041>. Acesso: 30/10/2025.

⁷Para mais detalhes, consulte em: https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/pt-br/resources/#Global_Alliance_Documents. Acesso: 28/10/2025.

⁸ Para mais detalhes, consulte em: <https://www.globalhungerindex.org/mozambique.html>. Acesso: 27/10/2025.